Cadernos de Gênero e Tecnologia
ISSN: 2674-5704

https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt

Mulher e gênero: a visão da família nos estudos feministas

Ana Crhistina Vanali
e-mail: anacvanali@gmail.com
Orcid: http://orcid.org/0000-0002-0578-3118
Centro Universitário SENAI, Curitiba, Paraná, Brasil

RESUMO

Este artigo analisa criticamente o estatuto analítico da família e o papel da mulher na sociedade brasileira sob a égide das epistemologias feministas. Por meio de uma pesquisa bibliográfica de caráter interseccional, o texto tensiona os modelos patriarcais homogêneos da historiografia tradicional, contrapondo-os à pluralidade dos arranjos familiares contemporâneos e à historicidade das agências femininas. Discute-se a centralidade das mulheres nas redes sociais e de sobrevivência, com especial ênfase nas complexidades decorrentes da divisão sexual do trabalho na atualidade. Evidencia-se como a inserção no mercado produtivo, longe de extinguir as assimetrias domésticas, culminou na sobrecarga das múltiplas tarefas e da tripla jornada de trabalho (economia do cuidado). O estudo conclui que, embora as transformações sociojurídicas sinalizem a conquista de novos espaços, a persistência da violência simbólica e a sub-representação institucional demonstram que a desnaturalização das hierarquias de gênero permanece como um processo inconcluso e em permanente disputa.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos Feministas. Gênero e Família. Arranjos Familiares. Divisão Sexual do Trabalho. Intersecionalidade.

INTRODUÇÃO

Dentro dos estudos sociais a família é considerada como um dos agentes responsáveis pela socialização do indivíduo, mais especificamente, pela socialização primária da criança e por proteger e preparar o indivíduo para a convivência em sociedade, ensinando-lhes regras sociais, valores éticos e morais e padrões comportamentais que possibilitem a aceitação da criança junto à sociedade. Por maior que seja a importância da família hoje, não podemos correr o risco de naturalizar esta questão e acreditar que a família sempre teve esse objetivo. A família, composta por seres humanos, consanguíneos ou não, é uma instituição social que passa por transformações estruturais e conjunturais ao longo do tempo.

O papel da família continua bastante grande, afinal família ainda importa. Ela é responsável pela transmissão cultural intergeracional, da memória familiar, do nome, da posição social e, mais além ainda, dos valores e aspirações sociais, visões de mundo, modos de comportamento e casamento - tudo isso resultando na condensação das experiências características de grupos sociais particulares que Bourdieu (1998) identifica como habitus.

Uma família é um sistema estruturado de relações interpessoais mantidos à base de certos pressupostos geralmente não declarados. As famílias desenvolvem ordens e regras claras em suas relações interpessoais para estabelecer fronteiras e diferenças. Se de um lado, a família provê um arcabouço de modelos e tradições, de outro, os indivíduos fazem escolhas em relação à cultura que lhes é transmitida – um script familiar pode produzir a imitação ou o seu inverso.

Devemos compreender os lugares sociais e familiares onde se formam as personalidades e onde estas articulam seus primeiros projetos. Ao mesmo tempo em que o pesquisador compõe um panorama geral dos papéis na sociedade, a partir da árvore genealógica observa-se a dimensão dos laços familiares. Assim, família não pode ser entendida apenas como um tecido social fundamental das relações, mas é também um conjunto de papéis socialmente definidos (Prado, 1991). Lembrando que a família não é um fenômeno natural, mas uma instituição social que se modifica e ganha sentidos variados no tempo e no espaço. Dentro das Ciências Sociais o tema "família" começa a ser estudado a partir da segunda metade do século XIX com Jacob Bachofen (1861) e Charles Morgan (1877). Morgan (2014) serviu de base para o livro de Friedrich Engels de 1884 sobre a origem da família (Engels, 2012). Porém, esses três autores estavam preocupados com as origens da família desde o tempo da barbárie para contrapor com a civilização do século XIX.

No Brasil, o tema família é incorporado nos estudos historiográficos a partir da década de 1980, até então foi mais explorado pela Antropologia e pela Sociologia. A obra referência no tema é Casa Grande & Senzala de Gilberto Freyre publicada em 1933. Na década de 1970 a produção dos estudos de família seguiu a Demografia Histórica e na década de 1980 com o avanço da História Social aumentou-se a diversificação temática dos estudos sobre família que passaram a tratar da condição feminina, da criança, da

ilegitimidade do casamento, do concubinato e da transmissão de fortunas (Samara, 1989).

Tradicionalmente os estudos vinculados à história das mulheres e das famílias no Brasil pautaram-se pelo modelo patriarcal. De acordo do Samara (1989a, p. 10):

> As famílias extensas do tipo patriarcal não foram predominantes em São Paulo, sendo mais comum aquelas com estruturas mais simplificadas e em menor membros. O modelo explorado por estudiosos como Gilberto Freyre e Oliveira Vianna permaneceu tradicionalmente aceito pela historiografia como um exemplo válido e estático para toda a sociedade brasileira.

Corroborando com essa afirmação Correa (1981, p. 6) acrescenta que:

> O modelo familiar patriarcal, homogeneizador do ponto de vista histórico que se estende do século XVI ao XIX, proposto por Gilberto Freyre e Antônio Candido, é contrastante com a sociedade multifacetada, móvel, flexível e dispersa.

Dentro dessa visão patriarcal temos uma identidade feminina marcada pela submissão à autoridade masculina e pela invisibilidade em cena pública. Segundo Freyre (2003, p. 229)

> Nenhuma mulher ortodoxamente patriarcal, ou semi-patriarcal, do Brasil - nem de sobrado, nem de fazenda nem mesmo de estância – com toda a doçura, todo o seu donaire, toda a sua graça, foi capaz de comunicar a algum dos filhos, ao marido, ao irmão, a algum homem público ou ao poeta apaixonado ... sugestão que excedesse as de puro sentimento ou de pura sensualidade.

Ou seja, Freyre (2003) parte da premissa de que a mulher brasileira viveu, nesse período do século XIX, submersa numa atmosfera de controle patriarcal e, portanto, estava alheia à vida política e social do país. Ele estava muito distante de outras experiências femininas desse mesmo período e contexto, onde a maioria das mulheres eram analfabetas, não estavam integradas nas instituições do poder, não eram assalariadas, não tinham acesso à cidadania política, e nem por isso deixaram de ter a sua organização familiar e de sobrevivência próprias, conforme aponta Dias (1995).

A historiografia tradicional brasileira, foi fortemente influenciada pela herança de Gilberto Freyre, e tendeu a cristalizar o modelo familiar patriarcal como um padrão homogêneo e onipresente. Segundo essa narrativa, a identidade feminina é relegada a uma passividade submissa, confinada ao espaço privado e alheia às dinâmicas macropolíticas. Essa lente teórica, contudo, sofre severo anacronismo quando confrontada com as evidências empíricas trazidas por Maria Odila Dias (1995), que demonstra a existência de uma vasta camada de mulheres que chefiavam lares e articulavam estratégias autônomas de sobrevivência na engrenagem colonial.

Essa fissura no modelo freyriano ganha amparo na teorização de Heleieth Saffioti (2004, 2013), para quem o patriarcado não se restringe a uma esfera de dominação privada ou doméstica, mas constitui uma estrutura

civil e político-econômica global que perpassa o capitalismo de classes. Portanto, a submissão não decorre de uma ociosidade ou passividade intrínseca (como sugeria o olhar patriarcal da elite), mas sim de um pacto estrutural e violento que visa explorar a força de trabalho e a capacidade reprodutiva das mulheres, independentemente do estrato social em que estejam situadas.

O gradiente moderno-tradicional tem inspirado o debate da organização social da família e dado evidência à alteração do papel feminino dentro da instituição familiar (Sarti, 2007). Na vertente de estudos sobre família e gênero nos segmentos populares a proposição da matrifocalidade está na proliferação do fenômeno "mulheres chefes de família", como apontam Heilborn e Sorj (1999), enquanto nas classes médias predomina a discussão sobre o individualismo. Deve-se considerar a existência de pluralidade de arranjos familiares, que comportam experiências diversas do feminino desde o século XIX até os dias atuais. O papel do feminino não se reduz a uma situação de dependência e submissão ao universo masculino típica do modelo patriarcal, conforme Arend (2001).

Tornar visível o invisível

A retomada da questão da situação do papel da mulher na sociedade brasileira ocorre a partir da segunda metade da década de 1970 com a ampliação do movimento feminista. As pesquisas acadêmicas passam a refletir sobre esse movimento e sua consequente diversificação, discutindo desde questões como o aborto e participação política, até as mulheres chefes de família que escapavam dos modelos previamente definidos de comportamento feminino dentro da família (Woortmann, 1975; Barroso, 1978, Figueiredo, 1980; Kuznesof, 1980). Foi o período caracterizado por novas abordagens nas pesquisas que queriam tornar visível o invisível, então os objetos de estudos eram as categorias subordinadas, particularmente os integrantes da classe trabalhadora, a situação da mulher, negros, favelados, homossexuais, crianças, idosos etc.

O movimento feminista recolocou a discussão sobre a vivência feminina de um outro ângulo visando superar os aspectos tradicionalmente estudados de forma estática. Assim temas como a prostituição, o trabalho doméstico e a violência familiar tiveram sua dinâmica e seus atores revistos (Gregori, 1993). As questões teóricas estavam marcadas pelo contexto político da década de 1970, um período marcado por uma ruptura epistemológica profunda, na qual as teóricas feministas tensionaram radicalmente os esquemas hierárquicos e as formulações eurocêntricas dominantes que universalizavam a experiência da família nuclear burguesa. Muitos dos trabalhos sobre mulheres foram realizados por feministas que ingressavam no mundo acadêmico, como professoras e/ou acadêmicas e produziram seus trabalhos de mestrado e doutorado a respeito da questão da mulher, continuando a militância no movimento feminista. É importante contextualizar a produção das pesquisas sobre as mulheres e a família a partir da universidade pois, se tem que se levar em conta a contribuição do feminismo militante para a compreensão de questões como o machismo, o sexismo, o racismo, a cidadania, a violência, o trabalho, a sexualidade etc.

A primeira organização do material disponível para se analisar a situação da mulher brasileira foi realizado por Saffiotti, em 1969, intitulado “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”. Seu trabalho apresentou o material restrito e que estava disperso em diversos campos do conhecimento, além de trazer para a área das Ciências Sociais essa discussão. Sua obra continua a ser um ponto de referência obrigatório para as discussões sobre o papel da mulher na sociedade brasileira, pois ela coloca em questão uma série de problemas que permanecem importantes e atuais, estabelecendo ligações entre a política, o papel da reflexão individual e a atuação coletiva.

Após o trabalho de Saffiotti (2013), a mulher passou a ser estudada sob uma diversidade de perspectivas teóricas e dentro de um leque de situações particulares. A mesma diversidade e multiplicidade de enfoques também pode ser visto no campo de estudos sobre a família, embora sua história seja mais antiga do que o campo de estudos das mulheres. Na verdade, percebe-se uma relação: a ampliação do interesse pela análise do papel da mulher na sociedade brasileira tem sido responsável pela relevância dos estudos sobre a família. Famílias operárias, famílias camponesas, famílias das classes dominantes, famílias de migrantes e de imigrantes, famílias de pessoas escravizadas e ex-escravizados, famílias rurais e urbanas são alguns exemplos da interdisciplinaridade das pesquisas realizadas e que demonstram a descontinuidade da organização familiar, pois tem-se vários tipos de organização familiar ficando difícil estabelecer um modelo macroestrutural onde toda essa diversidade se inscreveria. Essa questão foi apontada nos trabalhos de Medina (1974), Alcântara (1966) e Fukui (1970; 1980). Esses trabalhos podem ser considerados as primeiras tentativas de estabelecer um levantamento sistemático da produção sobre o tema família existente até então no campo de pesquisa no Brasil. Podemos considerar que esses autores realizaram uma “bibliografia crítica sobre a família no Brasil”.

A limitação metodológica preliminar desses estudos sobre famílias no Brasil reside na sua fragmentação analítica, expressa em recortes marcadamente regionalizados que dificultam uma síntese macroestrutural. Apesar disso, essa mesma especificidade localizada oferece pistas valiosas para mapear a pluralidade dos arranjos e das agências femininas fora dos eixos dominantes.

Posteriormente, a constituição de grupos de pesquisas e estudos sobre famílias demonstram o crescente interesse que o tema vem recebendo e como algumas características da família no Brasil são de abrangência nacional e não apenas uma realidade local como se imaginava.

Mulher e Gênero

Gênero é o termo utilizado não como uma categoria de análise, mas como constitutivo das relações entre homens e mulheres, uma categoria capaz de dar conta das construções humanas que classificam todo o objeto do pensamento humano em “masculino e feminino”. O gênero assim entendido não trata apenas das relações entre homens e mulheres, mas de

uma operação simbólica que tende a colocar tudo aquilo que é objeto do pensamento dentro das categorias masculinas e femininas indicando rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo (Motta, 2002).

Assim, como realizar um estudo sobre mulheres sem cair na armadilha do biológico, do político ou do útil? - A figura da mulher passiva, "bela, recatada e do lar" durante muito tempo dominou a imagem da figura feminina. Desvendar os dispositivos discursivos e institucionais que capilarizaram o mito da vulnerabilidade biológica inerente ao feminino — operando a domesticação e submissão da mulher via sistemas jurídicos e escolares — constitui o cerne das investigações de gênero. Porém, ainda que as mulheres tenham consciência de sua situação de subordinação, que tenham adquirido a percepção de outras existências do feminino em nossa sociedade, muitas ainda consideram que a melhor estratégia de sobrevivência, apoiada tanto em termos estruturais como ideológicos, seja o da vivência em família.

O que é entendido como família pelos que vivem em nossa sociedade e pelos que se dedicam a estudá-la? Tem o aspecto biológico da família onde a maternidade é colocada como um fenômeno socialmente importante demais para ser deixado nas mãos das mulheres. Afinal, quem é que decide sobre ter ou não ter filhos? E o que fazer com eles uma vez concebidos ou nascidos? Estudos sobre o aborto, o direito ao prazer independente da procriação, o direito as creches, as leis de proteção à trabalhadora grávida, o combate ao trabalho infantil são exemplos de pesquisas sobre a mulher e família no âmbito da nossa sociedade em que se considera o aspecto biológico. Devemos ficar atentos a essas discussões, pois, por exemplo, quando se discute o aborto em nossa sociedade as palavras de ordem como "direito ao próprio corpo" versus "direito à vida" dominam a discussão e o que é mais importante se discutir e refletir nem é mencionado, ou seja, não se fala sobre o que as mulheres que passaram por essa experiência têm a dizer. As diferenças biológicas têm sido tradicionalmente utilizadas como argumento para demonstrar a subordinação histórica das mulheres transformando a maternidade em um "fardo" (Stolck, 1980).

O que se pretende destacar é o aspecto das relações familiares do cruzamento dos laços de sangue com os laços sociais que revela a importância atribuída a uns e outros conforme a pertinência de classe dos membros da família. Levi (1977) e Lewin (1979), estudando famílias de São Paulo e da Paraíba, respectivamente, mostram as possibilidades contidas em material genealógico e a sua relevância para a compreensão do estatuto da mulher na família e na sociedade. Na mesma linha de pensamento, porém numa perspectiva mais antropológica temos os trabalhos de Feldman-Bianco (1982) e numa análise histórica combinada com genealogias e outras informações temos os trabalhos de Balmori e Oppenheimer (1979) e Scolow (1980).

Num país como o Brasil, onde por um período tão longo de sua história predominou a ética do trabalho escravo e onde as uniões consensuais são em número tão elevados (IBGE, 2017; Jus Brasil, 2017; O Globo, 2022), como se teria criado, fora dos círculos de elite o "sentimento de família" e a noção de subordinação da mulher à autoridade paternal ou marital? Como se deu a

transmissão dos “modelos ideais” de famílias dominantes em nossa sociedade? Aprofundar essas questões nos permitirá estabelecer semelhanças e diferenças entre as diferentes regiões brasileiras e entre o Brasil e o mundo. A família patriarcal, modelo social da colonização, reproduz na sociedade a submissão da mulher à autoridade do homem e as primeiras análises generalizam a ociosidade das mulheres da classe dominante, paralela ao trabalho escravo ou prostituído das mulheres de outras camadas sociais, salpicadas de exemplos de mulheres que fugiram às regras, as mulheres trabalhadoras. É como se durante todo o período colonial brasileiro as mulheres fossem ou senhoras ou escravas e se, durante a época contemporânea, estivessem todas no mercado de trabalho; as que não estão nem num grupo e nem no outro seriam categorias residuais destinadas a desaparecer (Novinski, 1980; Silva, 1980; Soares, 1980).

A situação feminina no contexto familiar

O conceito de redes sociais envolve conexões que transpassam os limites de grupos e categorias. O conceito de rede é apropriado em situações em que os grupos persistentes, como partidos e facções, não estão formados, assim como situações em que os indivíduos são levados a escolher sobre quem procurar para obter liderança, ajuda, informação e orientação. A noção de rede social nos ajuda a identificar quem são os líderes e quem são só seguidores, ou a demonstrar que não há padrão persistente de lideranças (Elias, 2000). As mulheres frequentemente são fundamentais e centrais nessas redes que articulam grupos familiares, elas são os “nós” que conectam as pessoas. As redes sociais ressaltam a importância de redes de parentescos, amizades e origem comum. Sustentados por essas redes pode-se criar e consolidar novos grupos. Por isso, sempre “Cherchez la femme!”, ou seja, procure a mulher! pois a relação entre a situação da mulher na sociedade e sua posição na família tem sido de estratégia política. Ainda faltam estudos que analisem melhor essa posição da mulher levando em conta as possibilidades de estudos que apontam a ação das mulheres que se unem, seja pelo nascimento ou pelo casamento, as figuras dos grandes nomes das famílias históricas.

Pensar e discutir sobre a participação das mulheres nos espaços de poder implica diretamente numa reconstrução histórica, social e cultural da própria sociedade e política brasileiras. A presença de mulheres na vida pública tem, ao longo dos anos, se tornado uma realidade. A ruptura com alguns dos papeis e lugares estabelecidos por uma sociedade ainda marcada pelas práticas sexistas e patriarcais, como os únicos legítimos e adequados à presença feminina, tem proporcionado o acesso a setores da sociedade que até poucas décadas atrás eram completamente renegados às mulheres, a exemplo da política.

O sistema patriarcal que se instituiu no Brasil como estratégia de colonização portuguesa tinha como base uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida. Esses foram os elementos estruturantes da formação da sociedade brasileira que permitiu aos senhores de engenho concentrar terras, homens e mulheres. Assim, o povoamento do solo brasileiro se deu

praticamente pela dominação e arbitrariedade masculina no uso da violência sexual contra índias e negras. No regime patriarcal as mulheres são “objetos de satisfação sexual dos homens, produtores de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras” (Saffioti, 2013, p. 105). O que envolve uma série de prestações de serviços sexuais aos seus dominadores, com base em relações hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, uma espécie de pacto masculino para garantir a opressão às mulheres. Mas, o fato de o patriarcado ser um pacto entre os homens não significa que as mulheres não opuseram resistência. É uma relação de dominação-exploração marcada por resistência, luta, conflito, vingança, sabotagem e boicote.

As diversas correntes do pensamento feminista, após 1960, compartilham alguns pressupostos sobre a subordinação feminina, dentre eles a afirmação do caráter fundamentalmente social das desigualdades entre homens e mulheres. Somente na década de 1970 a categoria patriarcado passa a ser utilizada nos estudos sobre as mulheres pelas feministas para explicar e denunciar as relações de dominação masculina sobre as mulheres (Delphy, 2009).

Piscitelli (2004) aponta que no final do século XIX e início do século XX a luta das mulheres e suas reivindicações eram por direitos iguais e que o feminismo queria saber a origem da subordinação e a manutenção da opressão contra a mulher. Com esse esclarecimento acreditavam que estariam construindo um sujeito político coletivo e estratégias para pôr fim à subordinação feminina. O importante era desnaturalizar a subordinação feminina e demonstrar que era uma construção social baseada nas desigualdades de homens e mulheres. O passo seguinte seria encontrar mecanismos para se livrar da dominação masculina.

Para as teóricas do patriarcado, as mulheres eram oprimidas pelo simples fato de serem mulheres. As experiências de opressão vivenciadas por elas ocorriam no cotidiano, nas relações mais íntimas, permeadas de poder masculino. Afirmavam que todas as mulheres, independente de classe social, sofriam opressão. Suas questões políticas não se enquadravam no interior do Estado por não estarem relacionadas com a esfera pública.

Saffioti (2004, p. 57-58) aponta que o patriarcado

> Não se trata de uma relação privada, mas civil. Dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrições. Configura um tipo hierárquico de relação que invade todos os espaços da sociedade. Tem uma base material. Corporifica-se e representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência.

As expressões deste sistema de dominação-exploração na contemporaneidade mostram que, longe de ser abolido, atualiza-se em um processo contínuo de transformação ao longo da história da formação social brasileira. Apesar dos avanços dos direitos das mulheres, muitos são os desafios para o movimento feminista e de mulheres na atual conjuntura. O sistema patriarcal se faz presente na prática de violência contra as mulheres, no turismo de exploração sexual, no controle do corpo de homens e mulheres, na participação desigual no mercado de trabalho e no trabalho doméstico, nas desigualdades presentes na participação política, na feminização da pobreza, dentre outras expressões (Carneiro, 2003).

Desta forma, para além da conceituação teórica, a materialidade dos arranjos familiares no Brasil contemporâneo revela clivagens profundas na forma como o trabalho doméstico e o poder são distribuídos. A transição do modelo idealizado pela elite colonial para as múltiplas configurações da atualidade não extinguiu as assimetrias de gênero; mas a complexificou. O quadro 1 sistematiza essas mutações estruturais, evidenciando como a sobrecarga de tarefas e as vulnerabilidades socioeconômicas se reorganizam a partir do arranjo familiar em que a mulher está inserida.

Quadro 1 - Comparação dos Arranjos Familiares sob a Ótica de Gênero

Tipo de Arranjo Familiar	Estrutura e Composição	Divisão Sexual do Trabalho e Tarefas	Dinâmica de Poder e Vulnerabilidades
Nuclear Tradicional (Burguês/Patriarcal)	Composto por casal heterossexual com filhos biológicos. Modelo idealizado pela historiografia tradicional.	Rígida polarização: homem como provedor econômico (esfera pública) e mulher como cuidadora/doméstica (esfera privada).	Assimetria explícita com centralização do poder na autoridade marital/paterna. Invisibilidade e dependência econômica da mulher.
Monoparental Feminino (Matrifocal Popular)	Composto por uma única mulher (mãe, avó ou tia) como chefe de família e os dependentes.	Sobrecarga extrema: acúmulo compulsório das funções produtivas (provisão) e reprodutivas (cuidado/economia do cuidado).	Vulnerabilidade socioeconômica crônica (clivagem de raça e classe). Agência forçada pela ausência de corresponsabilidade paterna ou estatal.
Famílias Reconstituídas (Pluriparentais)	Formadas a partir da união de parceiros onde ao menos um possui filhos de vínculos anteriores.	Complexificação do cuidado: necessidade de gerenciar tarefas e afetos entre múltiplas dinâmicas domésticas e parentais.	Tensões na redefinição de papéis de autoridade (padrastos/madrastas). Desafios sociojurídicos na garantia de direitos afetivos.
Arranjos Contemporâneos Igualitários / Dupla Carreira	Casais (hetero ou homoafetivos) em que ambos os parceiros estão inseridos no mercado de trabalho.	Tendência à negociação, embora frequentemente resulte na tripla jornada feminina (gestão mental e afetiva do lar).	Maior autonomia financeira da mulher. Contudo, a violência simbólica ainda perpetua o trabalho doméstico como responsabilidade primária feminina.

Fonte: elaboração da autora a partir de Pinheiro, Galiza e Fontoura (2009); Valeriano e Torta (2021); Carvalho e Nardi (2024).

Por trás de um grande homem há sempre ...

Com relação à história do papel da mulher na sociedade, suas atividades, suas aspirações, as relações entre homens e mulheres, as transformações da família, as transformações do matrimônio, as transformações nas relações parentais, a emancipação lenta, relativa e recente, a autonomia financeira através do trabalho assalariado e a

autonomia sexual através do controle da procriação, deve-se analisar o estudo de George Duby e Michelle Perrot (1994) sobre a História das Mulheres no Ocidente, além da literatura do movimento feminista sobre os mesmos temas.

Na Sociologia temos um importante trabalho sobre as relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho, uma análise da questão de gênero realizado por Pierre Bourdieu, em 1990, intitulado "A dominação Masculina". Bourdieu (2009) trata da "dominação masculina" a partir de uma perspectiva simbólica. Para ele, essa dominação seria uma forma particular de violência simbólica. Por esse conceito, compreende o poder que impões significações, impondo-as como legítimas, de forma a dissimular as relações de força que sustentam a própria força. Ou seja, a dominação masculina é a manutenção de um poder que se mascara nas relações, que se infiltra em nosso pensamento e na nossa concepção de mundo. Concepções essas "invisíveis" que chegam até nós e nos levam à formação de esquemas de pensamentos impensados, ou seja, quando acreditamos ter a liberdade de pensar alguma coisa sem levar em conta que esse "livre pensamento" está marcado por interesses, preconceitos e opiniões alheias.

A subordinação generalizada da mulher a um homem ou a um grupo de homens (pai, marido, anciões etc.) existe desde há muito tempo e em várias formas de comunidade. Françoise Heritier (2004; 2005) demonstra esse mecanismo de subordinação: para que as mulheres, que têm o privilégio "natural"/biológico da procriação, não o convertam em poder social, as sociedades comunitárias, onde os homens exerciam o poder, inventaram dispositivos místicos, institucionais e rituais que atribuíram as mulheres uma posição de dominada e uma identidade negativa. Isso serviu para as manter distantes, fechadas num sistema de normas e papéis justificados simbolicamente. Com esse afastamento da mulher da esfera do poder, ela ficou confinada no espaço doméstico, lugar considerado subordinado. Aqui entra o estatuto de objeto que a mulher tem na estrutura de parentesco, sendo considerada um objeto de troca ao lado das mensagens e dos bens, conforme Lévi-Strauss (2010) pois, afinal são os homens que trocam as mulheres!

Heritier (2005) aponta que na passagem da estrutura comunitária para as relações societárias não se mudou o estatuto das mulheres, pelo contrário, houve um aumento das brechas controladas pelo poder político e/ou religioso masculino. Afinal quem eram as bruxas e prostitutas? Eram as mulheres que não se sujeitavam aos papéis domésticos e que constituíam núcleos de autonomia. O que aconteceu com elas? Foram reprimidas! E como era vista a mulher religiosa? Ela ficava à margem da vida social e comunitária! Então, o que era uma "mulher normal"? A bela, recata e do lar! Mulheres como Joana D'Arc não suscitaram mudanças significativas a respeito das mulheres, afinal suas proezas estavam relacionadas ao caráter masculino de sua personalidade. Era preciso ser um pouco "homem" para ser uma mulher sozinha.

A partir do século XIX as mulheres passam a ter acesso ao trabalho assalariado com funções ligadas as tarefas domésticas, educativas e de cura. As empregadas domésticas na cidade eram acolhidas por uma família até se casarem e tornarem-se esposas. As governantas, professoras e enfermeiras

também deveriam permanecer solteiras e se casassem deveriam abandonar o emprego. Nas classes populares a pobreza empurrava para o trabalho no campo ou nas fábricas.

Porém, as mulheres mesmo trabalhando eram definidas pela tarefa doméstica. A participação das mulheres nos sindicatos operários franceses e ingleses sempre era contestada, nunca aceita, no máximo tolerada. O feminismo do século XVII e XVIII era burguês. No século XIX é que surge o feminismo operário. Ainda hoje, século XXI temos pouca participação política das mulheres como representantes eleitas, em sindicatos e em cargos dirigentes (O Globo, 2022a).

Simone de Beauvoir em sua obra "O Segundo Sexo" (1949) faz a crítica da "natureza feminina" e a identidade da mulher reduzida às tarefas domésticas. Defende a luta pela igualdade e novos vínculos em relação aos homens e demonstra as bases das sujeições das mulheres. Beauvoir (2016, p. 118) tenta ligar a luta de igualdade das mulheres com o acesso a sua identidade,

> emancipar a mulher é recusar a reduzi-la as relações que ela tem com o homem, mas não ignorá-las, não é porque se afirma como si própria que ela deixará de existir para ele; reconhecendo mutualmente como sujeitos cada um continuará, todavia, para o outro, um outro ... É quando for abolida a escravatura de metade da humanidade ... que o casal humano reencontrará a sua verdadeira figura.

A identidade feminina está submetida por procuração, dependência econômica e identitária: fulana é filha de tal, sicrana é esposa de tal, reproduzindo a lógica de que a produção é masculina e a reprodução feminina. Tem-se que pensar a mulher como reprodutora, herdeira e transmissora de capitais (simbólicos, políticos, culturais, econômicos etc.). A transmissão familiar, a linhagem, o princípio genealógico do nome de família implica num princípio de distinção social do qual a mulher é a portadora em algumas das relações. Os estudos devem rastrear as diferentes estratégias familiares utilizadas pela classe dominante tradicional para se manter no núcleo duro do poder e nesse contexto o papel da mulher é importante, não apenas como produtora de herdeiros dessa classe social, mas como ponto chave nas redes sociais dessa mesma classe.

Freyre (2017) indica que o patriarcado sempre esteve presente na formação da família e da sociedade brasileira desde a colonização quando a estratégia de ocupação se deu pela família rural e o regime escravocrata fazendo o senhor de engenho concentrar terras, homens e mulheres. Independente de toda crítica a obra de Gilberto Freyre, ele deu visibilidade e abordou questões referentes às mulheres e às relações de gênero como vida sexual, violência, adultério, prostituição, virgindade, padrões de feminilidade, paternidade, higiene corporal, entre outras. Porém, a maioria dos brasileiros não viveram no tipo de família descrito por Freyre, muitos domicílios eram e ainda são chefiados por mulheres, tanto na zona rural, quanto na zona urbana. Assim, o espaço da mulher na família começou a ser revisto por estudos a partir dos anos de 1980 (Correa, 1981).

Surgem trabalhos que chamariam a atenção para a existência das mulheres chefes de família, já no período colonial, em todos os estratos sociais, recuperando a imagem da mulher que estava à margem. A mulher da classe popular trabalhava e lutava pela sobrevivência, seja no trabalho escravo, seja na prostituição, entre outros. As mulheres da classe dominante consideradas rebeldes eram as insubmissas aos pais e maridos e escapavam do modelo previamente definido de comportamento feminino. Seja em qual estrato social for, a mulher ocupa uma posição chave. Ela detém o poder de decisão das estratégias de sobrevivência, desde a alimentação, vestuário, eliminação do supérfluo até o relacionamento com a parentela. Ela é a mantenedora dos laços familiares e orienta o rumo da família nos momentos de crise (Correa, 1982). Isso mostra uma característica do pensamento social brasileiro: a atividade intelectual sempre esteve restrita aos membros dos grupos de elite (pensem na origem do próprio Gilberto Freyre como exemplo). Assim, nos estudos sobre família como esses estudiosos iriam colocar os pais e os tios na berlinda? Como iriam questionar as relações dos avós? Desde modo, a figura feminina ficou associada a mulher passiva, do sexo frágil.

A família patriarcal pode ter enfraquecido na prática, mas na vida social ainda domina o "aroma masculino". Prova disso é a reportagem da Revista Veja de 18 de abril de 2016 apresentando a esposa do então presidente do Brasil, Marcela Temer. A reportagem apresenta Marcela como uma "mulher de sorte", pois após 13 anos de casamento o marido continua a lhe dar provas de paixão. O perfil destacado é a de uma mulher que gosta de vestido acima do joelho, que passa o dia se dedicando ao filho de 7 anos, a casa e a ela mesma indo ao dermatologista e ao cabeleireiro. Que deseja aumentar a família com a chegada de um segundo filho e que raramente aparece ao público (para não competir com o marido, claro!). O artigo finaliza assinalando que Michel Temer é que é um homem de sorte por ter uma esposa como Marcela: bela, recatada e do lar (Veja, 2016).

A mulher negra escrava ou trabalhadora, que organiza a família com sua sabedoria e não segue a estrutura da família tradicional burguesa é um sujeito sociológico importante e pouco estudada: qual o papel da exclusão, da subalternidade dessa mulher negra ou parda, sozinha, sem companheiro? Cada vez mais as mulheres assumem o papel de chefes de famílias então devemos começar nos perguntando: Quais são, do ponto de vista racial, as mulheres que se tornam chefes de família? Mulheres brancas e negras, chefes de família, são iguais social e economicamente? Quais estruturas familiares estão sendo chefiadas por mulheres brancas e negras?

A literatura não analisa as mulheres negras que assumem famílias, apesar de que a história de muitas famílias negras são exemplos do papel central que essas mulheres tiveram na constituição de famílias que lograram romper a barreira da cor. Dá trabalho estudar a estruturação dessas famílias, pois elas possuem um passado genealógico de repressão e com pouca documentação, mas ao estudá-las podemos descobrir quais foram as formas de sobrevivência desse passado social, entre outras questões.

O papel da mulher no processo histórico e político não é de coadjuvante, mas de personagem ativa pois, a classe dominante é pensada em termos de estruturas familiares e de poder hereditário. A família política é uma

estrutura social que tende a ser uma estrutura genealógica. Assim, a família é uma variável na análise política. Então como a mulher entra para a política? Não é apenas a mulher, mas é todo o grupo familiar que está lá, junto. A linhagem, a família ampliada, produz dinheiro e voto. A família política tem nome, sobrenome, genealogia, uma cara, um rosto. Vejamos o caso da Família Barros no Paraná: o marido e pai Ricardo foi eleito deputado federal, a esposa e mãe Cida foi eleita vice-governadora e a filha Maria Vitória foi eleita deputada estadual nas eleições de 2014 (Campana, 2014).

Portanto, família ainda importa visto ser um fator importante de explicação da sociedade brasileira, seja a família patriarcal da classe alta, a família nuclear com vasta rede de parentela da classe média, ou a família instável e pequena (no sentido de não ter propriedades e instituições como centro de integração da estrutura familiar) das classes populares e pobres. A família política tradicional é uma teia muito ampla de relações, uma instituição dominante que nem o processo modernizador conseguiu enfraquecer. Os novos que entram na política, incorporam suas estratégias e continuam passando a atuar da mesma maneira que a classe dominante tradicional.

A Situação Feminina no Contexto Familiar: Múltiplas Tarefas e Diversidade de Arranjos

A análise da vivência feminina no interior do núcleo familiar contemporâneo exige o desvelamento das engrenagens que operam a divisão sexual do trabalho e a consequente sobrecarga de funções decorrente da conciliação entre o mercado produtivo e o espaço reprodutivo. Conforme as formulações das teorias feministas materialistas, a aparente emancipação da mulher via inserção no trabalho assalariado não desestruturou a arquitetura patriarcal doméstica; ao contrário, reconfigurou-a sob a forma da dupla ou tripla jornada. No cenário atual, as mulheres assumem a gestão afetiva, o cuidado intergeracional (com filhos e idosos) e o trabalho doméstico não remunerado — uma economia do cuidado invisibilizada que sustenta a própria reprodução do capital, mas que cobra um elevado preço na saúde mental e no desenvolvimento profissional do sujeito feminino (Oliveira, Silva e Madureira (2026); Cisne e Ferreira (2021) e Táboas (2021)).

Essa dinâmica adquire contornos ainda mais complexos quando se abdica de uma perspectiva universalizante de "família" para reconhecer a pluralidade dos arranjos familiares contemporâneos. O modelo nuclear burguês (composto por pai provedor e mãe cuidadora) cedeu espaço a uma multiplicidade de configurações que desafiam as normas tradicionais, tais como as famílias monoparentais, reconstituídas, socioafetivas e as uniões homoafetivas. No Brasil, o avanço normativo e jurisprudencial — a exemplo do reconhecimento das uniões estáveis e das famílias multiparentais — reflete uma alteração estrutural no tecido social. Todavia, a distribuição do poder e das tarefas no interior desses novos arranjos permanece profundamente generificada (Carvalho e Nardi, 2024).

É importante destacar que a vulnerabilidade e a complexidade dessas tarefas são fraturadas pelas clivagens de raça e classe. Nas famílias monoparentais chefiadas por mulheres, o fenômeno da matrifocalidade popular, frequentemente associado às mulheres negras e pardas, reposiciona a chefia de família não como uma escolha identitária de autonomia, mas como uma contingência compulsória de sobrevivência diante da ausência da corresponsabilidade paterna e da escassez de políticas públicas de suporte, como creches em tempo integral. Assim, as múltiplas tarefas assumidas pelas mulheres na atualidade não podem ser lidas como papéis disfuncionais isolados, mas sim como o resultado de um sistema intersecional que delega ao corpo feminino a responsabilidade última pela manutenção e subsistência dos arranjos familiares

Considerações finais

A imersão na produção bibliográfica sobre as intersecções entre mulher, gênero e família no cenário brasileiro permite concluir que a categoria família distanciou-se, em definitivo, de uma leitura funcionalista e consensual para consolidar-se como um nódulo de disputa política e epistemológica. Ao longo deste percurso, evidenciou-se que o modelo patriarcal hegemônico — outrora cristalizado por correntes historiográficas tradicionais como uma estrutura estática e onipresente — carece de sustentação analítica quando confrontado com a pluralidade dos arranjos históricos e contemporâneos. A agência feminina, expressa desde o período colonial na chefia de lares populares e nas redes de solidariedade, fratura a narrativa da passividade doméstica e reposiciona a mulher como sujeito central nas estratégias de sobrevivência e reprodução material da sociedade.

Outro ponto essencial reside na urgência de radicalizar o debate interseccional dentro dos estudos de gênero no Brasil. Conforme discutido, a experiência da subordinação não é homogênea: as clivagens de raça e classe social fracionam a categoria "mulher", impondo dinâmicas de opressão radicalmente distintas. Enquanto o debate sobre as classes médias frequentemente orbita em torno das tensões do individualismo e da dupla jornada, a matrifocalidade nas camadas populares — sobretudo no que tange às mulheres negras e pardas — é atravessada por legados de subalternidade, vulnerabilidade socioeconômica e ausência de amparo estatal. Mapear essas assimetrias não significa fragmentar o campo, mas sim instrumentalizá-lo para que as teorizações sobre o patriarcado civil, nos moldes propostos por Saffioti, deem conta das mutações e atualizações desse sistema de dominação-exploração na contemporaneidade.

Por fim, a persistência de dispositivos de violência simbólica e material — que se manifestam desde a sub-representação crônica das mulheres nas esferas de decisão política até os índices alarmantes de feminicídio — sinaliza que a desnaturalização das hierarquias de gênero é um processo inconcluso. O "sentimento de família", arraigado na cultura brasileira e frequentemente mobilizado para chancelar discursos conservadores de domesticação feminina, precisa ser continuamente tensionado pelas epistemologias feministas. Este artigo não pretendeu exaurir um universo documental e

teórico tão vasto, mas sim demarcar que estudar a família, sob a ótica de gênero, exige rejeitar o conforto do relatório descritivo. Implica, fundamentalmente, assumir uma postura analítica situada, capaz de decodificar os mecanismos que operam a manutenção das desigualdades e, ao mesmo tempo, visibilizar as históricas e incessantes linhas de resistência feminina.

Woman and gender: the vision of the family in feminist studies

ABSTRACT

This article critically analyzes the analytical status of the family and the role of women in Brazilian society under the aegis of feminist epistemologies. Through an intersectional literature review, the text challenges the homogeneous patriarchal models of traditional historiography, contrasting them with the plurality of contemporary family arrangements and the historicity of female agency. It discusses the centrality of women in social and survival networks, with a particular emphasis on the complexities arising from the sexual division of labor today. The study highlights how women's integration into the productive market, far from eliminating domestic asymmetries, has resulted in an overload of multiple tasks and a triple burden of labor (care economy). The research concludes that, although socio-legal transformations signal the conquest of new spaces, the persistence of symbolic violence and institutional underrepresentation demonstrate that the denaturalization of gender hierarchies remains an unfinished process under constant dispute.

KEYWORDS: Feminist Studies. Gender and Family. Family Arrangements. Sexual Division of Labor. Intersectionality.

Mujer y género: la vision de la familia en los studios feministas

RESUMEN

Este artículo analiza críticamente el estatus analítico de la familia y el rol de las mujeres en la sociedad brasileña bajo la égida de las epistemologías feministas. A través de una revisión bibliográfica interseccional, el texto cuestiona los modelos patriarcales homogéneos de la historiografía tradicional, contrastándolos con la pluralidad de los arreglos familiares contemporáneos y la historicidad de la agencia femenina. Discute la centralidad de las mujeres en las redes sociales y de supervivencia, con un énfasis particular en las complejidades derivadas de la división sexual del trabajo en la actualidad. El estudio destaca cómo la inserción de las mujeres en el mercado productivo, lejos de eliminar las asimetrías domésticas, ha resultado en una sobrecarga de múltiples tareas y en una triple jornada laboral (economía del cuidado). La investigación concluye que, si bien las transformaciones sociojurídicas señalan la conquista de nuevos espacios, la persistencia de la violencia simbólica y la subrepresentación institucional demuestran que la desnaturalización de las jerarquías de género sigue siendo un proceso inconcluso bajo constante disputa.

PALABRAS CLAVE: Estudios Feministas. Género y Familia. Arreglos Familiares. División Sexual del Trabajo. Interseccionalidad.

NOTAS

1 Cherchez la femme!" "Procure a mulher!" - a expressão vem do livro "Les mohicans de Paris" [Os mocainos de Paris], de Alexandre Dumas, de 1854. O investigador, personagem do romance, quando chega ao local do crime sempre utilizada a expressão "Il y a une femme dans toute les affaires; aussitôt qu'on me fait un rapport, je dis: 'Cherchez la femme'" (Há sempre uma mulher envolvida em todos os casos. Assim que me trazem um relatório, digo logo: 'Procurem a mulher!"]. Moral da história: não importa qual seja o problema, o motivo é quase sempre uma mulher. A expressão é normalmente utilizada com o sentido de "procure a raiz do problema" (Horn, 1991; Dumas, 1998).

2 Assim como as mulheres são oprimidas pelo simples fato de serem mulheres, elas são mortas pelo simples fato de serem mulheres. O assassinato de mulheres em contextos marcados pela desigualdade de gênero recebeu uma designação própria: feminicídio. O feminicídio é a instância última de controle da mulher pelo homem: o controle da vida e da morte (IPG, 2017).
No Brasil em 2015 foi sancionada a lei federal que define o que é feminicídio e transformou em hediondo o assassinato de mulheres motivado justamente por sua condição de mulher. Essa lei aumenta a pena por homicídio, que é de 6 a 20 anos de prisão, para 12 a 30 anos (Casa Civil, 2015).

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Aspásia. Estudos e pesquisas sobre família no Brasil. IN: **Dados**, Nº 1, 1996, p. 176-179.

AREND, Silvia Maria Favero**. Amasiar ou casar?** A família popular no Brasil no final do século XIX. Porto Alegre: Universal, 2001.

BALMORI, Diana; OPPENHEIMER, Robert. *Family clusters: generational nucleation in nineteenth-century Argentina and Chile*. IN: ***Comparative studies in society and History***, V.21, Nº 2, April, 1979, p. 231-261.

BACHOFEN, Jacob**. *Mother Right:* ***A Study of the Religious And Juridicial Aspects of Gynecocracy in the Ancient*. Princeton University Press, [1861] 1992.

BARROSO, Carmem Lucia de Melo. **Sozinha ou mal acompanhadas:** a situação da mulher chefe de família. RJ: Seminário sobre a mulher na força de trabalho na América Latina, 1978 (mimeo).

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. RJ: Nova Fronteira, [1949] 2016.

BOURDIEU, Pierre. "O espírito de família". IN: BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas Sobre a Teoria da Ação**. Campinas: Editora Papirus, 1998, p. 124-136.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** 6ª edição. RJ: Bertrand, 2009.

CAMPANA, Fabio. **Tradicional na política, família Barros vem com mais força**. Disponível em http://www.fabiocampana.com.br/2014/10/tradicionais-na-politica-os-barros-vem-com-mais-forca/. Acesso 18 Set.2022.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. IN: **Estudos Avançados**, V.17, Nº 49, setembro/dezembro, 2003, p. 117-132.

CARVALHO, Vanessa Azambuja de; NARDI, Henrique Caetano. A cisheteronormatividade e a diversidade dos arranjos familiares: considerações à Terapia de Família Sistêmica. In: **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, 13, 2024, p. 1-14. Disponível em https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/5320/5156. Acesso em 18.set.2026.

CASA CIVIL. LEI Nº 13.104, DE 9 DE MARÇO DE 2015. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm. Acesso 18 Set.2022.

CISNE, Mirla; FERREIRA, Verônica. Feminismo e desigualdade: uma análise materialista das relações de opressão-exploração das mulheres. In: **Argum.,** Vitória, v. 13, n. 3, p. 7-20, set./dez. 2021. Disponível em https://periodicos.ufes.br/argumentum/pt_BR/article/view/37191/24453. Acesso em 18.set.2026.

CORREA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. IN: **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, V. 37, Maio de 1981, p.5-16.

CORREA, Mariza. "Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil". IN: **Colcha de retalhos:** *estudos sobre a família no Brasil.* SP: Brasiliense, 1982, p. 13-38.

DELPHY, C. Patriarcado (teorias do). IN: HIRATA, H. *et all* (orgs). **Dicionário crítico do feminismo**. SP: UNESP, 2009.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. SP: Brasiliense, 1995.

DUBY, George; PERROT, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente**. 5 volumes. Lisboa: Editora Afrontamento, 1994.

DUMAS, Alexandre. **Les mohicans de Paris**. Paris: Gallimard, 1998.

ELIAS, Norbert. **Os Estabelecidos e os Outsiders:** *sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. RJ: Zahar, 2000.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da sociedade privada e do Estado.** 3º edição. SP: Expressão Popular, 2012.

FELDMAN-BIANCO, Bela. Capitalismo e família: os pequenos burgueses. IN: CORREA, Marisa et all. ***Colcha de retalhos****: estudos sobre a família no Brasil*. SP: Brasiliense, 1982, p.137-158.

FIGUEIREDO, Mariza. O papel socioeconômico das mulheres chefes de família numa comunidade pesqueira no litoral da Bahia. IN: **Cadernos em Debate**, Nº 6, 1980, p. 35-78.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala:** *formação da família brasileira sob o regime patriarcal.* 51 ª edição. SP: Global Editora, 2017.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos:** decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 14 ª edição. SP: Global Editora, 2003.

FUKUI, Lia Freitas Garcia. Estudos de família no Brasil: bibliografia comentada. IN: **Cadernos CERU**, Nº 3, 1970, p. 121-141.

FUKUI, Lia Freitas Garcia. Estudos e pesquisas sobre família no Brasil. IN: **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Nº 10, 1980, p.1-50.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas:** *um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista.* RJ: Paz e Terra, 1993.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. IN: MICELLI, Sergio (org). **O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995).** Volume 2, SP: Editora Sumaré/ANPOCS, 1999, p. 183-235.

HERITIER, Françoise. **Masculino, feminino:** *dissolver a hierarquia*. Lisboa. Editora Nacional, 2004.

HERITIER, Françoise. ***Hommes, femmes:*** *la construction de la difference*. Paris: Le Pommier, 2005.

HORN, Pierre L. ***Handbook of French Popular Culture***. Paris: Greenwood Publishing Group, 1991.

IBGE. Uniões consensuais representam mais de 1/3 dos casamentos no Brasil. 2017. Disponível em http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2017-10-17/ibge-unioes-consensuais-ja-representam-mais-de-13-dos-casamentos-no-brasil.html. Acesso 18 Set.2022.

IPG (Instituto Patrícia Galvão). **Dossiê da Violência contra a mulher.** Disponível em

http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/feminicidio/. Acesso 18.Set.2022.

KUZNESOF, Elizabeth Anne. *The role of the female headed household in Brazilian modernization* (São Paulo, 1765-1836). IN: **Journal of Social History**, V.13, Nº 4, 1980.

JUS BRASIL. **Uniões consensuais superam casamentos civil e religioso.** 2017. Disponível em https://arpen-sp.jusbrasil.com.br/noticias/127239479/unioes-consensuais-superam-casamento-civil-e-religioso. Acesso 18 Set.2022.

LEVI, Darrel. **A Família Prado**. SP: Cultura 70, 1977.

LEVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. 6ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

LEWIN, Linda. Some historical implications of kinship organization for Family based politics in the Brazilian Northeast. IN: **Comparative studies in society na History**, V.21, Nº 2, April, 1979.

MEDINA, Carlos Alberto de. **Família e mudança:** *o familismo numa sociedade arcaica em transformação.* Petrópolis: Editora Vozes, 1974.

MORGAN, Charles. **A sociedade antiga**. RJ: Zahar, [1877] 2014.

MOTTA, Flavia de Mattos. **Gênero e reciprocidade:** *uma Ilha ao Sul do Brasil.* Campinas: Doutorado em Antropologia UNICAMP, 2002.

NOVINSKI, Ilana. Heresia, mulher e sexualidade (algumas notas sobre o nordeste brasileiro nos séculos XVI e XVII). IN: BRUSCHINI e ROSEMBERG. **Vivência:** *história, sexualidade e imagens femininas.* SP: Brasiliense, 1980.

O GLOBO. **Censo 2010:** um terço dos casais vive em uniões consensuais: Tipo de união representava 36,4% em 2010 contra 28,6%, em 2000. Disponível em https://oglobo.globo.com/economia/censo-2010-um-terco-dos-casais-vivem-em-unioes-consensuais-6424587. Acesso 18 Set.2022.

O GLOBO. Mulheres estão em apenas 37% dos cargos de chefia nas empresas. No setor público, elas são apenas 21,7%. Disponível em https://oglobo.globo.com/economia/mulheres-estao-em-apenas-37-dos-cargos-de-chefia-nas-empresas-21013908#ixzz4vDcma3v3. Acesso 18 Set.2022a.

OLIVEIRA, Natália Vilma Monteiro de; SILVA, Andréa Lima da; MADUREIRA, Antoinette. Feminismo materialista em movimento: repercussões e contribuições para o Serviço Social brasileiro. In: **Serv. Soc. Soc.** 149 (3), p.1-20, 2026. Disponível em https://www.scielo.br/j/sssoc/a/zGFj6fZHXynJ9twHzYhzBkq/?lang=pt. Acesso em 18.set.2026.

PINHEIRO, Luana; GALIZA, Sean de; FONTOURA, Natália. Novos arranjos familiares, velhas convenções sociais de gênero: a licença-parental como política pública para lidar com essas tensões. In: Dossiê Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**, Revista de Estudos Feministas**, 17 (3), p. 851-859, dezembro 2009. Disponível em https://www.scielo.br/j/ref/a/jBtsXrMGt7YL4pmJGSJvTvM/?lang=pt. Acesso em 18.Set.2026.

PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno do gênero e feminismo. IN: COSTA, C. de L. SCHMIDT, S. O (orgs). **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004, p. 16-47.

PRADO, Danda. **O que é família?** 12ª edição. SP: Editora Brasiliense, 1991.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes:** *mito e realidade*. 3ª edição. SP: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª edição. SP: Expressão Popular, 2004.

SAMARA, Eni de Mesquita. A História da família no Brasil. IN: **Revista Brasileira de História**, SP, V.9, Nº 17, setembro 1988-fevereiro 1989, p.7-35.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família** *(São Paulo, século XIX).* SP: Marco Zero, 1989a.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho:** *um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Cortez, 2007.

SCOLOW, Susan M. ***Marriage, birth and inhetirance:*** *the merchar of eighteenth-century.* Buenos Aires: Hispanic American Historical Review, V.60, 1980, Nº 3, p. 387-406.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. O divórcio na Capitania de São Paulo. IN: BRUSCHINI e ROSEMBERG. **Vivência:** *história, sexualidade e imagens femininas*. SP: Brasiliense, 1980.

SOARES, Pedro Maia. Feminismo no Rio Grande do Sul: primeiros apontamentos (1845-1945). IN: BRUSCHINI e ROSEMBERG. **Vivência:** *história, sexualidade e imagens femininas*. SP: Brasiliense, 1980, p. 120-143.

STOLCK, Verena. Mulheres e trabalho. IN: **Estudos CEBRAP**, Nº 26, 1980, p. 81-117.

TÁBOAS, Ísis Dantas Menezes Zornoff . Apontamentos materialistas à interseccionalidade. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 29(1), p. 1-10, 2021. Disponível em https://www.scielo.br/j/ref/a/5v8j75N8f4J59SkxKwy4Qpf/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em 18.set.2026.

VALERIANO, Marta Maria; TOSTA, Tania Ludmila Dias. *Trabalho e família de trabalhadoras domésticas no Brasil: uma análise interseccional. In: Dossiê: Interseccionalidades, Direitos e Políticas,* ***Civitas, Revista de Ciências Sociais****, 21 (3), p.412-422, Setembro-Dezembro 2021. Disponível em https://www.scielo.br/j/civitas/a/445bzw9gf6kbDZSZHHfjDPK/?format=html &lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em 18. Set.2026.*

VEJA (18/04/2016). **Marcela Temer:** bela, recatada e "do lar". Disponível em http://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/. Acesso 18 Set.2022.

WOORTMANN, Klass. **Marginal men and dominat women:** *kinship and sex roles among the poor of Bahia.* PHD Tesis: University os Harvard, 1975.

Recebido: 22/12/2022.
Aprovado: 20/11/2023.
DOI: 10.3895/cgt.v18n50/51.16255.
Como citar: VANALI, Ana Crhistina. Mulher e gênero: a visão da família nos estudos feministas. **Cad. Gên. Tecnol**., Curitiba, v.18, n. 50/51, p. 1-23, jan./dez., 2025. Disponível em: https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt. Acesso em: XXX.
Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.